

RESENHA

FERNANDES, Domingos. *Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas*. São Paulo: UNESP, 2009.

Avaliação Formativa Alternativa: novos caminhos, novas aprendizagens

Responsáveis pelo Resenha:

Olenir Maria Mendes¹
Universidade Federal de Uberlândia

Simone Freitas Pereira Costa²
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

A obra, “Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas”, foi publicada, inicialmente, em Portugal, pela Texto Editores, e depois aqui no Brasil, por meio da Fundação Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Esta obra é composta por cinco seções e um Anexo – Uma seleção de publicações na área da avaliação das aprendizagens, e Referências. As seções são as seguintes: Introdução; Três razões suficientes para mudar a avaliação; Avaliação interna: dos fundamentos e das práticas; Avaliação externa: exames e estudos internacionais; Investigação, formação, práticas e políticas: uma agenda, muitos desafios, totalizando 221 páginas.

O Prefácio, de autoria de António Nóvoa, destaca a atualidade e essencialidade desta publicação, que se apresenta como um estado da arte e, ainda, nos chama a atenção para o fato de que não se trata somente de um livro sobre avaliação. Isso porque Domingos Fernandes vai além: faz desta obra um “grito inconformado” diante de um sistema escolar incapaz de atender às necessidades de seus alunos e alunas, sejam crianças, sejam jovens.

Na primeira seção, intitulada *Introdução*, Domingos Fernandes explicita que um dos grandes e urgentes desafios, que os sistemas educativos ainda não conseguiram superar, é o de garantir que todas/os as/os alunas/os tenham uma educação que lhes permitam integrar-se plenamente na sociedade em que vivem. O autor é muito feliz ao sistematizar a questão central

¹ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UFU). *E-mail*: olenirmendes@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campus Uruçuí. *E-mail*: simonefpcosta@hotmail.com

que norteia este estudo, a saber: é crucial que seja desenvolvida uma nova concepção de avaliação, baseada por teorias da aprendizagem. Embora afirme que tenha ocorrido expressivo aumento da população escolar, alerta para o fato que não se garantiu, ainda, que esta população desenvolvesse habilidades e competências que os possibilitassem resolver problemas mais complexos, nem situações problemáticas cotidianas. Além disso, o autor afirma que a avaliação não auxilia a melhoria das aprendizagens de alunas e alunos.

Esta obra, conforme nos adianta seu autor, pode vir a

[...] interessar a professores e a formadores de todos os níveis de ensino; a gestores das escolas; a responsáveis por centros de formação; a técnicos do Ministério e das Secretarias da Educação, mas também a técnicos de outros ministérios e dos setores público e privado que trabalhem na área da formação e da avaliação; a professores e alunos dos cursos de pedagogia e de formação de professores e, em geral, a formadores de professores. Todos os que de algum modo têm de ensinar ou formar alunos nos mais variados contextos, em qualquer nível de ensino, poderão encontrar neste livro um conjunto de considerações que os apoiarão em suas funções de ensino e, naturalmente, de avaliação (FERNANDES, 2009, p. 24).

A seguir, é apresentada a estrutura de todas as seções, bem como o que é abordado em cada uma delas.

Na segunda seção, *Três razões suficientes para mudar a avaliação*, o autor fala sobre a necessidade de se mudar as práticas avaliativas existentes, já defasadas, uma vez que ainda predominam práticas seletivas e classificatórias que visam à certificação. Desta feita, as práticas a serviço das aprendizagens não assumem a necessária importância no contexto da escola. Alerta, ainda, que os sistemas educacionais se organizam a partir de diferentes culturas de avaliação, e que ao tempo que uns entendem que avaliar faz sentido para melhorar as aprendizagens, explicitando práticas de avaliação formativa; outros sistemas entendem e fundamentam-se na ideia de que avaliar se faz útil estritamente para classificar e certificar que há alunos que podem e há os que não podem aprender – levando, então, à cultura de abandono e evasão escolar de importante quantidade de alunos e alunas.

Para o autor, há três razões fundamentais que justificam a necessidade de que se promova a mudança nas práticas avaliativas em vigor. O pesquisador argumenta sobre cada uma delas.

- Primeira razão: desenvolvimento das teorias da aprendizagem. No tocante ao desenvolvimento das referidas teorias, destaca a estreita relação entre as concepções de aprendizagem e avaliação. Afirma que o behaviorismo ainda influencia o ensino e a avaliação,

mas, a partir dos anos de 1980, identifica-se a presença de concepções de inspiração cognitivista, construtivista e socioconstrutivista.

- Segunda razão: o desenvolvimento das teorias do currículo ocorrido nos últimos trinta anos. Considera que as mudanças econômicas; as novas tecnologias da informação e da comunicação; a expansão dos regimes democráticos, influenciaram diretamente nas decisões governamentais, numa tentativa de adequar “[...] os sistemas educativos ao atual *estado das coisas*, mas também ao que se pensa que será o futuro” (p.36).

- Terceira razão: a democratização dos sistemas educativos. O autor assevera que termos todas ou, quase todas, as pessoas em idade escolar matriculadas e frequentando a escola, não basta. Para ele, é fundamental que estejamos atentos à qualidade da educação; à oportunidade para aprender assegurada a todas e a todos.

A terceira seção, intitulada *Avaliação interna: dos fundamentos e das práticas*, objetiva discutir e analisar as características fundamentais da avaliação psicométrica, contrapondo com a avaliação formativa alternativa. Esta seção se dedica a estabelecer relações teóricas e práticas, colaborando para que a avaliação interna, cuja total responsabilidade é de professoras/es e das escolas, venha a ser refletida e realizada em maior aproximação com as diversas exigências postas pelo currículo, pelas aprendizagens e pelo sistema educacional.

De início, Fernandes apresenta quatro gerações da avaliação, a partir das proposições de Guba e Lincoln (1989)³, e chama a atenção para o fato de que, segundo os pesquisadores supracitados,

[...] a evolução dos significados que foram sendo atribuídos à avaliação não pode ser desvinculada dos contextos históricos e sociais, dos propósitos que se pretendiam alcançar ou das convicções filosóficas dos que tinham algo a ver com a concepção, o desenvolvimento e a concretização das avaliações. Consideram ainda que, ao longo dos tempos, as conceitualizações de avaliação se tornaram mais complexas e sofisticadas (FERNANDES, 2009, p. 44).

A seguir, o autor explana sobre a Avaliação Formativa Alternativa (AFA), que se fundamenta em princípios cognitivistas e construtivistas, da Psicologia Social e, também, das teorias socioculturais e sociocognitivas. Explica, também, que esta avaliação apresenta maiores possibilidades de interatividade, já que se situa, mais significativamente, na melhoria das aprendizagens, ao se tratar de uma avaliação eminentemente formativa tanto na forma quanto no conteúdo; apresentando-se como uma alternativa à avaliação psicométrica, que se sustenta na ideia de avaliação como medida. A AFA tem como principal função regular e melhorar as

³ GUBA, E. & LINCOLN, Y. *Fourth generation evaluation*. London: Sage, 1989.

aprendizagens dos alunos e das alunas. Assevera, ainda, que a avaliação formativa alternativa possui inspiração cognitivista e explícita que “[...] precisamos continuar a construir teoricamente e pôr em prática uma avaliação formativa alternativa àquela que habitualmente designamos, embora de modo inapropriado, por avaliação formativa” (FERNANDES, 2006 a, *apud* FERNANDES, 2009, p. 59). Para se efetivar a AFA, além de ser imperioso que se tenha clareza teórica, professores e alunos assumem fundamentais responsabilidades. São sujeitos ativos neste processo.

Em síntese, é uma avaliação para as aprendizagens, levando em consideração que a necessidade não é produzir mais avaliações, mas produzir melhores avaliações. Chama a atenção para o processo desta avaliação, destacando que, se a avaliação não provocar ações para se alcançar as aprendizagens, não se tratará de uma avaliação nem de um *feedback* formativos, mas de uma avaliação meramente somativa e/ou certificativa; a serviço da seleção e da classificação. Evidencia a necessidade do diálogo entre a AFA e a avaliação somativa, embora a prevalência esteja na AFA: “As informações recolhidas no processo de avaliação formativa podem e devem ser utilizadas nas avaliações somativas e certificativas de responsabilidade dos professores” (p. 72).

A interpretação qualitativa assume importante lugar na AFA. Destaca que, independentemente dos espaços, tempos, estratégias, funções, a transparência precisa ser presença constante. Assim, espera-se que os alunos e as alunas saibam os objetivos, os critérios definidos para que sejam avaliados/as.

Uma das maneiras possíveis para avaliar por meio da AFA trata-se do portfólio, que implica a participação ativa dos alunos e das alunas. Este, por ser um processo mais reflexivo, oportuniza, às discentes e aos discentes, a criarem o hábito de “[...] rever seus trabalhos de forma crítica, consciente e sistemática” (FERNANDES, 2009, p. 104). Desse modo, como bem destaca o autor, é necessário ter cuidado para que o portfólio seja bem utilizado; caso contrário, poderá se resumir a uma pasta com trabalhos dos alunos e das alunas.

A obra em resenha traz, também, na terceira seção, considerações acerca de práticas e saberes docentes sobre a avaliação. Para tanto, fundamenta-se em pesquisas feitas por diversos pesquisadores com docentes da educação básica e do ensino secundário. De modo geral, ficou em evidência que as/os professoras/es que participaram das pesquisas priorizam a avaliação “[...] de conhecimentos específicos das disciplinas que lecionam. Em particular, aos fatos, conceitos e procedimentos constantes nos livros-texto”. Já no que se refere aos parâmetros

mais utilizados para definir os conhecimentos adquiridos pelas/os alunas/os, estes são construídos por meio dos testes, pois se sentem mais seguros para avaliar.

Ficou evidente ainda que as/os docentes trabalham, vivem e pensam a avaliação de modo solitário. É papel da escola propor políticas de avaliação que, proporcionando diálogos, trocas de experiências, contribuiria para maior clareza e segurança às professoras e aos professores sobre os atos de avaliar.

Na quarta seção – *Avaliação externa: exames e estudos internacionais*, Fernandes destaca a persistência da insatisfação em relação à qualidade do ensino oferecido e a ausência de “[...] medidas estruturantes [...] que democratizem, modernizem e melhorem substancialmente a educação” (2009, p.111). Propõe fundamentais reflexões acerca de avaliações externas tanto nacionais quanto internacionais. Explicita, ainda, que a ênfase – no que se refere à avaliação – situa-se nas avaliações externas. Ao tratar dos exames públicos nacionais, afirma que, embora os sistemas educacionais enfrentem significativas dificuldades, há “[...] cerca de 150 anos para cá, [...] muitos países conseguiram que todos os seus cidadãos em idade escolar viessem, efetivamente, a frequentar a escola. Outros têm progredido significativamente em relação a esse objetivo [...]” (2009, p. 112-113). Como consequência desse avanço, ocorreu significativa expansão dos níveis de ensino, desde a Educação Básica ao Nível Superior. Assim, houve importante aumento, segundo Fernandes (2009, p. 113), “[...] das ofertas do nível de ensino superior que, em muitos casos, não foi suficiente para responder ao brutal aumento da procura”. Diante da impossibilidade de disponibilizar vagas para todas e todos, os exames, dentre outras provas, selecionavam candidatas/os às vagas disponíveis. Para Fernandes, esta função seletiva dos exames, “[...] poderá atenuar-se, ou mesmo desaparecer, se o sistema, entretanto, se tornar mais equilibrado e mais aberto” (2009, p. 113).

Dando seguimento às suas reflexões, Fernandes fala de características gerais dos exames, pontuando que os exames são e/ou podem ser utilizados tanto para certificar quanto para selecionar. Aborda os diferentes sistemas de exames e seus impactos que afetam, tanto a vida pessoal dos alunos, quanto a credibilidade dos sistemas educativos. Chama-nos especial atenção a função de monitoração, que está atrelada “[...] à prestação de contas e à publicação dos *rankings* das escolas” (FERNANDES, 2009, p. 122). Se posicionando contrário ao ranqueamento, afirma:

A elaboração e a publicação de *rankings* podem ter outros efeitos indesejáveis, como o de estigmatizar escolas que eventualmente até poderão estar fazendo um bom percurso para melhorar, desmoralizando os professores, e os demais colaboradores da escola e a própria comunidade (2009, p. 124).

Dando sequência, Fernandes tece relevantes considerações sobre o tipo de questões mencionado suas variedades. Afirma que o resultado da correção depende, e muito, de quem avalia. O autor aborda, também, a questão da equidade e afirma que é preciso considerar diversos fatores, dentre os quais, destacamos: as condições socioeconômicas do/as estudantes, o gênero, o tipo de escola e as necessidades educacionais especiais.

Fernandes destaca a necessidade de se tratar os resultados das avaliações externas com criterioso cuidado. Para ele, é necessário contextualizar os resultados e analisá-los de modo a retratar, o mais fielmente possível, a realidade dos países participantes.

Nesta perspectiva, questiona a participação de Portugal em avaliações externas, já que há bastante tempo participando destes exames, nas palavras do pesquisador, “[...] não se conhecem consequências significativas e visíveis de tais participações” (p. 149).

Na quinta seção, *Investigação, formação, práticas e políticas: uma agenda, muitos desafios*, o pesquisador sintetiza o que fora tratado na obra. Destaca questões não discutidas no texto e propõe uma que seja definida por uma agenda “[...] de ação que identificasse sumariamente a natureza dos problemas e, simultaneamente, contribuísse para traçar caminhos de desenvolvimento numa área científica reconhecidamente importante para a melhoria dos sistemas educativos” (FERNANDES, 2009, p. 154). No escopo da formação docente, é taxativo ao afirmar que precisamos realizar formações com os professores e professoras; não, para professores e professoras. Em se tratando da escola, especificamente, destaca que é necessário que esta seja atuante, defina políticas de avaliação para as aprendizagens que “[...] respondam às orientações do currículo nacional e aos seus projetos educacionais” (p. 157) ancoradas na premissa e na meta de garantir às/aos estudantes “[...] reais oportunidades para aprender e que a equidade na avaliação seja uma realidade” (p. 157).

Afirma que é possível que os exames sejam vivenciados por professores e por estudantes de modo mais positivo, consciente e crítico. Nas palavras de Fernandes, “Isto é, percebendo melhor o que os exames no dizem e ensinam e aquilo que eles nunca nos poderão dizer e ensinar” (p. 160). Explicita, em relação a exames externos, que seja sabido, por nós todas e todos, das variáveis que acabam por influenciar seus resultados, como por exemplo, o PISA que foi:

[...] dirigido a jovens de quinze anos que, em condições normais, deveriam frequentar o 10º ou 11º ano de escolaridade. Acontece que, em vários países que participaram, entre os quais Portugal, há muitos jovens de quinze anos frequentando o ensino fundamental! Consequentemente, os alunos de tais países estarão, logo de início, numa situação de desvantagem. Ora, parece-me

necessário que as sociedades percebam esses fatos elementares (FERNANDES, 2009, p. 161).

Na sequência, propõe a articulação entre avaliação externa e interna. Defende que é preciso avaliar para aprender. No entanto, o que ocorre é a avaliação que objetiva classificar, selecionar ou certificar. Para ajudar a melhorar a aprendizagem, a avaliação precisa ser bem utilizada. Caso contrário, continuaremos a presenciar que sejam levados “[...] centenas de milhares de alunos à reprovação e/ou ao abandono, puro e simples, da escola” (p. 163). Além de compreender o papel da avaliação para as aprendizagens, é essencial que ocorram mudanças em suas políticas.

Encerrando a seção, sugere medidas de política educacional, dentre as quais, sublinhamos: avaliação formativa, desenvolvimento de um currículo de cada disciplina e estratégia de avaliação formativa. Isso com apoio dos ministérios da educação, da formação docente continuada.

O livro possui, ainda, um “Anexo – Uma seleção de publicações na área da avaliação das aprendizagens”, cuidadosamente organizado pelo autor, em que sugere bibliografias, a partir do final da década de 1980, sobre a avaliação das aprendizagens. Deixa explícito que não se trata de uma lista de todas as publicações surgidas a partir dos anos 1980, mas de referências que o autor conhece. Domingos Fernandes não só lista, mas comenta todas as obras. É um trabalho rigoroso, de grande importância para pesquisadoras/es e estudiosas/os da temática.

Recebido em: 06 de julho de 2018
Aceito em: 19 de novembro de 2018
